

PLANO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS



Secretaria Municipal de
**ASSISTÊNCIA SOCIAL
E CIDADANIA**



PREFEITURA DE
CAMPOS
VOCÊ SONHA. A GENTE FAZ!

EXPEDIENTE

Prefeito | Wladimir Barros Assed Matheus de Oliveira

Vice-Prefeito | Frederico Rangel Paes

Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social | Rodrigo Carvalho

Subsecretaria Adjunta | Graziella Gonçalves

Subsecretaria Executiva | Fagner Azeredo

Subsecretaria de Gestão do SUAS | Aline Maria Sampaio Cordeiro Giovannini

Diretoria de Gestão do SUAS | Renata Amaral

Diretoria da Proteção Social Básica | Paloma Campos Cruz

Diretoria da Proteção Social Especial | Shana Ribeiro Caixão

Diretoria de Transferência de Renda | Kamilla Ribeiro

Equipe responsável pela revisão e atualização do Plano

Assessora Técnica da Subsecretaria de Gestão do SUAS | Adriana de Souza Caetano

Gerente da Vigilância Socioassistencial | Mericelly Bastos Vilela

SUMÁRIO

1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
----------------------------	---

2. FINALIDADE.....	5
3. DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DE DESASTRES NATURAIS	6
3.1 Características do Município de Campos Goytacazes	7
3.2 Principais formas de Desastres Naturais	9
4. ÁREAS DE RISCO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	16
5. O SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGÊNCIAS.....	21
5.1 Administração de Abrigos Temporários	23
5.2 Trabalho Social nos Abrigos Temporários	31
5.3 Papel da Vigilância Socioassistencial dos SUAS nos Abrigos Temporários	33
6. ESTÁGIOS DE ATUAÇÃO DO SUAS	35
7. DADOS DO ÚLTIMO DESASTRE NATURAL NO MUNICÍPIO	39
8. PLANEJAMENTO DOS INSUMOS E RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS	44
8.1 Recursos Humanos.....	44
8.2 Previsão de Recursos Materiais - Geral.....	46
9. BIBLIOGRAFIA.....	46
ANEXOS	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Ocorrências registradas entre 2016 e 2025 no Município de Campos dos Goytacazes	14
---	----

Tabela 2. Trabalho Social com as Famílias na pré-emergência, na emergência e no pós-emergência.....	35
Tabela 3. Localidades atendidas pelo Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, Dez./2022-2025.....	39
Tabela 10. Equipe de Referência nos locais de risco e desastres	44
Tabela 11. Equipe de Referência de triagem	45
Tabela 12. Equipe de Referência - Acolhimento Provisório	45
Tabela 13. Relação de insumos necessários	46

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente documento tem por objetivo apresentar o Plano de Ação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania para administração de Abrigos Temporários.

A resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social cria o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas

e Emergências. Este Serviço promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública com a oferta de alojamento provisório, atenção e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

Os contextos de emergência socioassistencial têm como característica primordial a necessária rapidez nas ações de resposta, especialmente quando se trata de questões de sobrevivência da população com alimentação, água, abrigo, etc.

Por serem direcionadas a eventos marcados por incertezas e imprevisibilidade, as respostas requerem, em geral, alteração da rotina dos serviços e da metodologia do fazer técnico, exigindo dos profissionais disponibilidade para flexibilização do horário de trabalho, estruturação e implementação de ações, capacidade para atuação em rede, escuta qualificada e trabalho interdisciplinar articulado. Em alguns casos é necessário incorporar novos profissionais ou deslocar profissionais de uma atividade para outra.

Este Plano estabelece os protocolos e procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos, direta ou indiretamente, na resposta às situações de emergências e desastres causados por Chuvas Intensas no município de Campos dos Goytacazes, especificamente com relação a Administração de Abrigos Temporários e ao Trabalho Social com as Famílias atingidas, numa articulação da Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Tais ameaças estão inseridas na Categoria Natural da Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE.

Dentre os desastres classificados na Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE temos Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4, popularmente conhecida como chuvas de verão, que geram índices pluviométricas significativos, ocasionando e/ou potencializando desastres relacionados como Alagamentos (COBRADE 12300), Inundações COBRADE 12100), Enxurradas (COBRADE 12200) e/ou Movimentos de Massa (COBRADE deslizamentos 11321). É característico que estes eventos ocorram de forma simultânea, afetando diversas áreas do município.

2. FINALIDADE

Apresentar o Plano Municipal de Administração e de Abrigos Temporários da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania a fim de estabelecer o fluxo de atendimento às famílias atingidas, desalojadas e desabrigadas.

Antes porém precisamos destacar alguns conceitos necessários para o entendimento dessas ações:

Pessoas Desalojadas - são aquelas que foram obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes da emergência. Estes não necessariamente carecem de serviço de acolhimento, pois dispõem de alternativas como a casa de parentes/amigos, hotéis ou similares, entre outros.

Pessoas Desabrigadas - são aquelas cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo temporário/provisório em serviço de acolhimento coordenado pelo poder público.

Há também algumas situações bem peculiares dos contextos de emergência que trazem a priorização do atendimento a usuários como familiares de desaparecidos, desabrigados e desalojados.

O presente documento foi elaborado para que os servidores possam atuar de acordo com as competências que lhes são conferidas, bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias ao desempenho das atividades e responsabilidades aqui previstas.

Vale ressaltar que a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania atua de forma articulada à Secretaria Municipal de Defesa Civil, que emite alerta de desastres naturais ou encaminha usuários para atendimento da Assistência Social.

3. DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DE DESASTRES NATURAIS

Campos dos Goytacazes está localizado na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. De acordo como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo de 2022, possui uma população de 483.540 habitantes, sendo a mais populosa cidade do interior do estado, a sétima mais populosa do estado e também o município com a maior extensão territorial do estado, ocupando uma área de 4.032,487 quilômetros quadrados.

Em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 14 distritos: Campos de Goitacazes, Dolores de Macabu, Ibitioca, Morangaba, Morro do Côco, Mussurepe, Santa Maria, Santo Amaro de Campos, Santo Eduardo, São Sebastião de Campos, Serrinha, Tocos, Travessão e Vila Nova de Campos.

A cidade de Campos do Goytacazes se organizou ao longo do Rio Paraíba do Sul, seus afluentes e das lagoas que existiam na região. O rio era de enorme centralidade para a então vila de São Salvador, tanto para o fornecimento da água necessária à vida, quanto para servir como principal caminho pelo qual chegavam e partiam as pessoas, a produção agrícola e as manufaturas da região. As cheias eram comuns no verão e muitas delas se tornaram históricas, como a de 1833, que causou destruição em prédios, perda de produção agrícola e morte de dezenas de animais. Nesta época as autoridades solicitaram do governo da Capitania a construção de muralhas em toda a extensão do rio "invasor", que tentava retomar seu leito que tinha sido tomado pelos homens.

A rede hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, constituída principalmente pela bacia do rio Paraíba do Sul, que se estende pelo território de três estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, é considerada, em superfície, uma das três maiores bacias hidrográficas secundárias do Brasil, abrangendo uma área aproximada de 57.000 km². Formado pela confluência dos rios Paraitinga e Paraibuna, o rio Paraíba do Sul nasce na Serra da Bocaina, no Estado de São Paulo, fazendo um percurso total de 1.120 km, até sua foz no Oceano Atlântico em Atafona, na cidade vizinha de São João da Barra. No Estado do Rio de Janeiro, o rio Paraíba do Sul percorre 37 municípios, sendo Campos dos Goytacazes um deles. Esse importante manancial tem como afluentes os rios Piabinha, Piraí e Paraibuna, em sua margem direita, e Pomba e Muriaé, na margem esquerda.

3.1 Características do Município de Campos Goytacazes

A planície dos Goytacazes é formada por um terreno aluvial e uma restinga com menos de 5.000 anos de existência e outra entre Barra do Furado e a margem esquerda do rio Macaé, com idade de 120 mil anos. Seus limites se estendem do rio Guaxindiba ao rio Macaé.

A planície flúvio-marinha dos Goytacazes não é apenas uma das planícies do estado do Rio de Janeiro, mas a maior delas. O Paraíba do Sul é o grande formador dessa planície. Ela compreende uma grande área de origem aluvial e a maior restinga do estado. Na retaguarda dessa planície, a zona serrana se constitui da Serra do Mar - bastante íngreme, interrompida abruptamente na margem direita do Rio Paraíba do Sul - e de uma formação cristalina antiga e baixa na sua margem esquerda.

A segunda característica da Baixada dos Goytacazes é a distância entre a zona serrana e o mar. De Itereré, ponto em que o Paraíba do Sul deixa a zona serrana, até sua foz, o grande rio percorre uma longa distância em terras baixas que ele próprio criou. O fluxo é muito lento. Nos transbordamentos, as águas vertiam pela margem direita, formando uma infinidade de lagoas, das quais a maior era e ainda é a lagoa Feia. As águas que transbordavam pela margem esquerda encontravam terrenos mais altos, acumulavam-se em depressões, sendo a mais expressiva a que se denominou lagoa do Campelo, e voltavam ao rio quando suas águas baixavam. Já no segundo sistema hídrico, que denomino de Iguaçu, as águas das chuvas adquiriam um caráter de enxurrada por conta da vertente atlântica da Serra do Mar. Elas desciam pelos pequenos rios que desembocam no rio Imbé, engordavam a lagoa de Cima, vertiam com dificuldade pelo estreito rio Ururaí, provocando cheias, alastravam-se pela lagoa Feia e saíam apertadas pelo rio Iguaçu. O que reduzia o impacto das águas tanto na bacia do Paraíba do Sul quanto na bacia do Iguaçu eram as densas florestas da serra e dos tabuleiros e suas várzeas.

A terceira característica dessa planície é a declividade mínima dela entre a margem direita do Paraíba do Sul e o mar, o que dificulta o escoamento das águas fluviais e pluviais. Transbordando em períodos de cheia pela margem direita, as águas do Paraíba do Sul derivavam lentamente e formavam um verdadeiro pantanal. Foi na margem direita, problemática em termos de drenagem, que se instalaram a cidade de Campos e a fatia mais significativa da agroindústria sucroalcooleira.

A quarta singularidade da Baixada dos Goytacazes é que, a rigor, só existiam três defluentes originais e regulares das águas acumuladas no continente para o mar: os rios Paraíba do Sul, Iguaçu e Guaxindiba, que enfrentavam e enfrentam permanentemente a grande energia oceânica, quinta característica, que tende a fechar qualquer desaguadouro. Enquanto os rios que drenam as Baixadas de Sepetiba e da Guanabara desembocam em baías protegidas e os que drenam a Baixada de Araruama são capturados pela lagoa de mesmo nome e por outras, os da baixada de Goytacazes lutam contra o mar aberto e violento. Assim, as águas das chuvas abundantes fluíam lentamente pela grande baixada por canais naturais sinuosos, tomados por vegetação nativa, até chegar ao mar com dificuldade.

Uma das mais singulares características da planície flúvio-marinha do Norte do Rio de Janeiro é a profusão de lagoas. As águas do rio Paraíba do Sul, em regime médio, alimentavam essas lagoas pelo lençol freático. Em tempos de cheia, as águas

que transbordavam pela margem direita corriam em direção à bacia do rio Iguaçu e engordavam as lagoas. As águas derivadas de chuvas abundantes também corriam para as lagoas. Podemos situar as lagoas em dois contextos geomorfológicos: as lagoas da planície aluvial e as lagoas de restinga. Dentre as primeiras, sobressai-se ainda hoje a lagoa Feia. Em torno dela, havia um colar de lagoas menores, embora de considerável grandeza, como as lagoas do Jesus, da Piabanha, das Aboboreiras, de Saquarema Grande e Pequena, dos Coqueiros e muitas outras. Entre as lagoas de restinga, a maior é a lagoa do Campelo, mas devemos considerar também as lagoas de Grussaí, de Iquipari e do Açú, antigos braços auxiliares do rio Paraíba do Sul, que tiveram suas barras fechadas e se transformaram em lagoas alongadas.

No século XVII, havia muitas lagoas que atualmente não existem mais. O crescimento urbano e o desmatamento fizeram com que muitas lagoas deixassem de existir. Elas foram drenadas, e, na sua área, foram erguidas casas e abertas ruas. Quando chove, os principais pontos de alagamento correspondem ao espaço ocupado por essas lagoas extintas. A rua Rocha Leão, nas proximidades da Alberto Torres, fica alagada. Parece ser o ponto mais baixo da antiga lagoa do Saco. Assim também na rua que corre atrás da Câmara Municipal. É a área da extinta lagoa Dourada. Os brejos do eixo Pelinca voltam rapidamente. A lagoa do Furtado reaparece. Depois da construção da ponte Leonel Brizola, ela se mostrou com mais facilidade, já que a água desce pela ponte como um rio e se acumula numa de suas cabeceiras. A lagoa do Curtume é a mais modesta. Só mesmo com chuvas fortes ela reaparece na beira-rio. Já a lagoa do Goiabal cria problemas com as inundações no Novo Jóquei. A lagoa de Santa Ifigênia ressuscita na rua Formosa, no trecho em que se ergue o quartel do 8º BPM. A lagoa João Maria volta na rua Edmundo Chagas e em torno do edifício Salete quando chove, o mesmo acontecendo no Parque Aurora, na borda sul de Campos.

3.2 Principais formas de Desastres Naturais

As principais formas de Desastres Naturais que podem ocorrer no Município foram relatadas no Atlas Brasileiro de Desastres Naturais e serão citadas a seguir.

- **Enxurradas, enchentes, inundações e alagamentos**

Segundo a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), proposta em 2012, as inundações Bruscas passaram a ser denominadas enxurradas e são definidas como Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado

por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracteriza-se pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial.

As enchentes ocorridas em pequenas bacias são chamadas popularmente de enxurradas e, quando ocorrem em áreas urbanas, elas são tratadas como enchentes urbanas. Atualmente, devido à redução da capacidade de infiltração associada à urbanização irregular ou sem planejamento, as enxurradas têm se tornado frequentes em diversos centros urbanos, estando muitas vezes associadas a alagamentos

Entre os anos de 1991 e 2012 Campos dos Goytacazes passou por sete enxurradas, segundo o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais . Ocorreram nos anos de 2003, 2006, 2007, 2008 (duas vezes), 2009 e 2010.

As inundações, anteriormente denominadas como “enchentes ou inundações graduais” compõem o grupo dos desastres naturais hidrológicos, segundo a nova Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE). Referem-se à Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.

Entre os anos de 1991 e 2012 Campos dos Goytacazes registrou dez ocorrências relativas às inundações dos rios Ururaí e da Lagoa Feia e dos canais São Bento, Flexa, Coqueiros, Quintiguta, Saquarema, Cambaiba, Onça e vários outros pequenos canais. O município de Campos dos Goytacazes também registrou danos humanos expressivos em eventos de inundação no ano de 2008, principalmente os relacionados ao número de desabrigados. No episódio do mês de dezembro foram registrados 3.208 desabrigados e 45.000 habitantes afetados, enquanto no mês de novembro foram 2.181 desabrigados e 40.000 afetados. A população de áreas urbanas e rurais foi afetada com as precipitações acima da média normal, que causaram o transbordamento do rio Ururaí e de diversos cursos d'água menores, integrantes da bacia hidrográfica da Lagoa Feia. 2.353 estabelecimentos tiveram danos materiais e dois foram totalmente destruídos. Em 2008 Campos dos Goytacazes teve 200 estabelecimentos danificados e dois destruídos devido a duas ocorrências de alagamentos no município.

Segundo a Classificação e a Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), proposta em 2012, os alagamentos caracterizam-se pela Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água

em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas e da topografia suave. Sua ocorrência está diretamente relacionada com os sistemas de Drenagem Urbana, que são entendidos como o conjunto de medidas que objetivam a redução dos riscos relacionados às enchentes, bem como à redução dos prejuízos causados por elas.

- **Estiagem e Seca**

Segundo a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), Estiagem é um período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.

A seca é uma estiagem prolongada, durante o período de tempo suficiente para que a falta de precipitação provoque grave desequilíbrio hidrológico.

- **Erosão marinha**

Segundo a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), Erosão Marinha é o processo de desgaste (mecânico ou químico) que ocorre ao longo da linha da costa (rochosa ou praia) e se deve à ação das ondas, correntes marinhas e marés. Ocorrem na praia de Farol de São Tomé.

- **Marés de tempestade (ressaca)**

Segundo a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), Marés de tempestade são ondas violentas que geram uma maior agitação do mar próximo à praia. Ocorrem quando rajadas fortes de vento fazem subir o nível do oceano em mar aberto e essa intensificação das correntes marítimas carrega uma enorme quantidade de água em direção ao litoral. Em consequência, as praias inundam, as ondas se tornam maiores e a orla pode ser devastada alagando ruas e destruindo edificações. Ocorrências são relatadas na praia de Farol de São Tomé.

- **Vendaval e granizo**

Segundo a COBRADE, vendaval é enquadrado como desastre natural de causa meteorológica relacionado às tempestades, por meio da intensificação do regime dos ventos. Nesse sentido, o vendaval pode ser definido como um deslocamento intenso de ar na superfície terrestre devido, principalmente, às diferenças no gradiente de pressão atmosférica, ao incremento do efeito de atrito e

das forças centrífuga, gravitacional e de Coriolis, aos movimentos descendentes e ascendentes do ar e à rugosidade do terreno. Entre 1991 e 2012 Campos dos Goytacazes apresentou quatro ocorrências de vendaval, uma em 2004, duas ocorrências em 2008 e outra em 2010.

Em 2008 Campos dos Goytacazes teve 200 desalojados devido a ocorrência de um vendaval.

Os granizos, também conhecidos por saraivada, de acordo com a COBRADE compõem o grupo de desastres naturais meteorológicos relacionados às tempestades. Esses eventos são caracterizados por precipitação sólida de pedras de gelo, transparentes ou translúcidas, de forma esférica ou irregular, de diâmetro igual ou superior a 5 mm. As condições que propiciam a formação de granizo acontecem na parte superior de nuvens convectivas do tipo cúmulos-nimbus. Essas nuvens apresentam temperaturas extremamente baixas no seu topo e elevado desenvolvimento vertical, podendo alcançar alturas de até 1.600 m, condições propícias para a transformação das gotículas de água em gelo. No período de 1991 à 2012 não houve ocorrência de Granizo no município.

▪ **Movimentos de massa**

A Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), os movimentos de massa estão na categoria de desastres naturais do tipo geológico. Esses movimentos estão associados a deslocamentos rápidos de solo e rocha de uma encosta onde o centro de gravidade deste material se desloca para fora e para baixo desta feição e quando ocorrem de forma imperceptível ao longo do tempo são denominados de rastejo (TERZAGHI, 1952).

Os movimentos de massa estão relacionados a condicionantes geológicos e geomorfológicos, aspectos climáticos e hidrológicos, vegetação e a ação do homem relativa às formas de uso e ocupação do solo. Esse tipo de desastre assume grande importância em função de sua interferência na evolução das encostas e pelas implicações socioeconômicas associadas aos seus impactos sobre a sociedade. Entre 1991 à 2012 não foram observadas ocorrências no município.

▪ **Incêndio Florestal**

Os incêndios florestais correspondem à classificação dos desastres naturais relacionados com a intensa redução das precipitações hídricas. É um fenômeno que

compõe esse grupo, pois a propagação do fogo está intrinsecamente ligada com a redução da umidade ambiental e ocorre com maior frequência e intensidade nos períodos de estiagem e de seca.

A classificação dos incêndios florestais está relacionada: ao estrato florestal, que contribui dominantemente para a manutenção da combustão; ao regime de combustão e ao substrato combustível.

Esse fenômeno pode ser provocado por: causas naturais, como raios, reações fermentativas exotérmicas, concentração de raios solares por pedaços de quartzo ou cacos de vidro em forma de lente e outras causas; imprudência e descuido de caçadores, mateiros ou pescadores, por meio da propagação de pequenas fogueiras feitas em seus acampamentos; fagulhas provenientes de locomotivas ou de outras máquinas automotoras, consumidoras de carvão ou lenha; perda de controle de queimadas, realizadas para limpeza de campos ou de sub-bosques; além de incendiários e/ou piromaníacos. Os incêndios podem começar de forma espontânea ou em consequência de ações e/ou omissões humanas. Mesmo neste último caso, os fatores climatológicos e ambientais são decisivos para incrementá-los, pois facilitam a sua propagação e dificultam o seu controle. Para que um incêndio se inicie e se propague, é necessária a conjunção dos seguintes elementos condicionantes: combustíveis, comburente, calor e reação exotérmica em cadeia. A propagação é influenciada por fatores como: quantidade e qualidade do material combustível; condições climáticas, como umidade relativa do ar, temperatura e regime dos ventos; tipo de vegetação e maior ou menor umidade da carga combustível e a topografia da área (CASTRO, 2003). Entre 1991 e 2012 há uma notificação de incêndio florestal no Município de Campos dos Goytacazes no ano 2000.

E entre os anos de 2013 e 2016 não há registros de ocorrências de desastres naturais no Município de Campos dos Goytacazes no S2iD, Sistema Integrado de Informações de Desastres.

▪ **Epidemia Viral**

Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus. Tivemos ocorrências desde 2020 devido a epidemia de coronavírus.

Na tabela a seguir estão relacionadas as ocorrências no município de Campos dos Goytacazes entre os anos de 2016 e 2025 registradas pela Defesa Civil no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD)

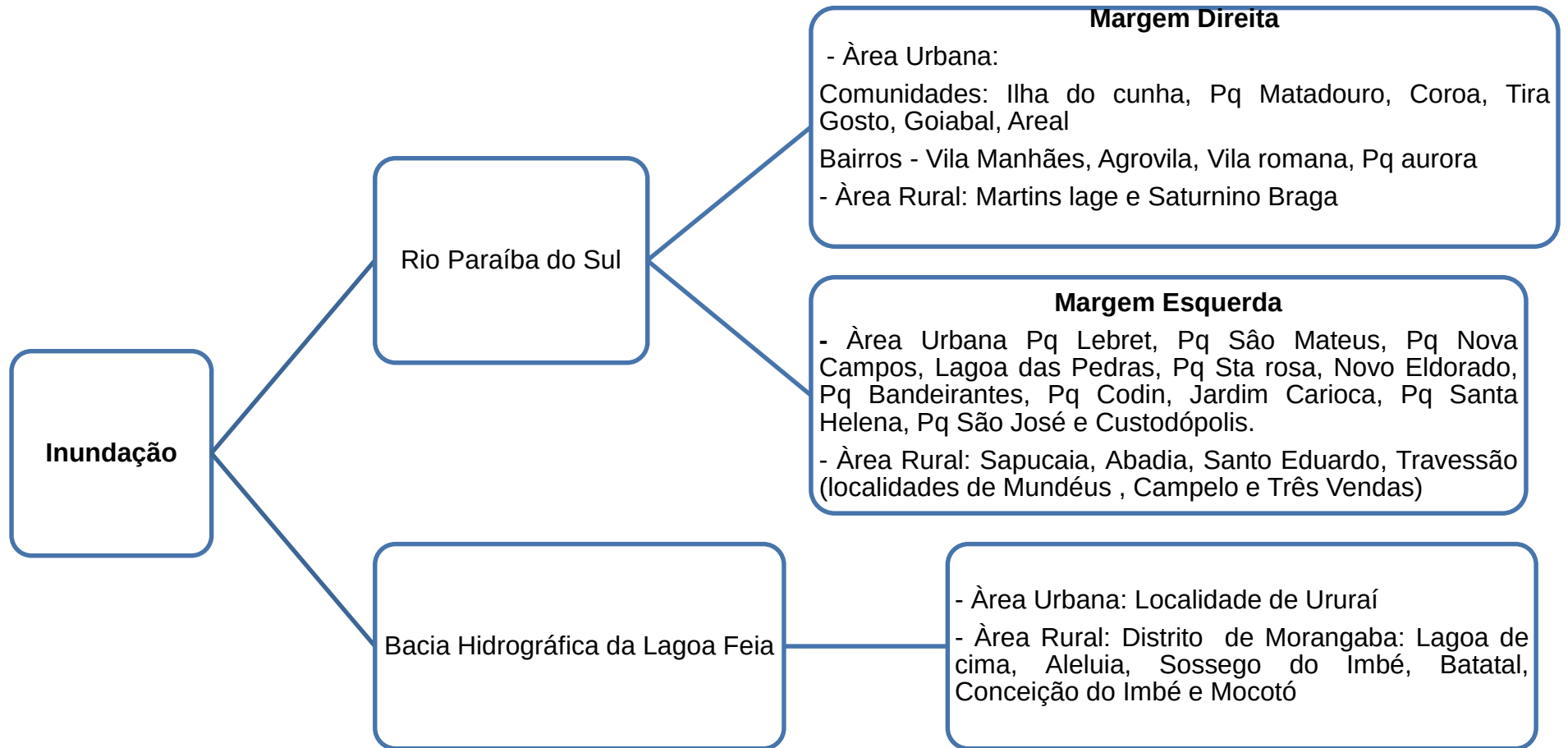
Tabela 1. Ocorrências registradas entre 2016 e 2025 no Município de Campos dos Goytacazes

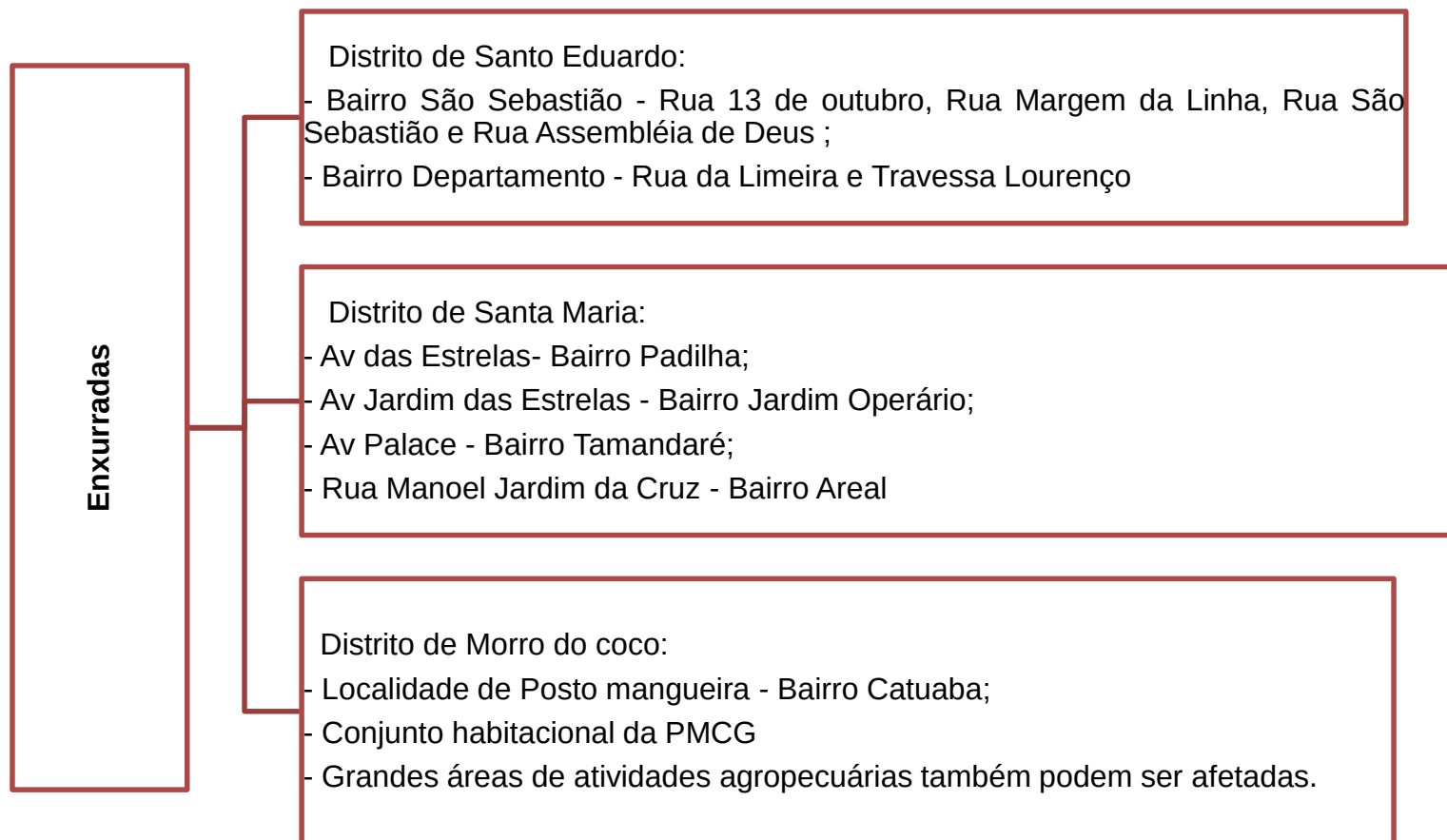
OCORRÊNCIA	DATA
Ciclones - Marés de Tempestade (Ressacas)	06/05/2016
Ciclones - Marés de Tempestade (Ressacas)	11/06/2016
Enxurradas	18/03/2017
Estiagem	08/11/2017
Enxurradas	08/03/2018
Enxurradas	15/04/2018
Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	28/02/2019
Erosão Costeira/Marinha	17/05/2019
Enxurradas	20/11/2019

Inundações	20/11/2019
Alagamentos	20/11/2019
Inundações	28/01/2020
Doenças infecciosas virais	23/03/2020
Doenças infecciosas virais	18/04/2020
Erosão Costeira/Marinha	15/07/2020
Tempestade Local/Convectiva - Vendaval	29/10/2020
Doenças infecciosas virais	29/12/2020
Deslizamentos	09/01/2021
Alagamentos	23/02/2021
Tempestade Local/Convectiva - Granizo	31/03/2021
Ciclones - Marés de Tempestade (Ressacas)	02/06/2021
Doenças infecciosas virais	30/06/2021
Enxurradas	31/10/2021
Inundações	11/01/2022
Chuvas intensas	23/12/2022
Chuvas intensas	26/03/2024

Fonte: S2iD – fevereiro/2026.

4. ÁREAS DE RISCO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES





Corridas de Massa

- Distritos de Morro do Coco, Santa Maria, Santo Eduardo, Serrinha, Morangaba e Ibitioca

Alagamentos

- Centro, Pq São Mateus, Pq Chatuba do Lebre, Pq Santa Helena, Pq Guarus, Pq Fundão, Pq Jardim Aeroporto, Pq Aeroporto, Ururaí e Tapera.

Desastres Relacionados com meios de Transporte Rodoviário

- Rodovias BR 101, BR 356 e RJs

Estiagem

- Área Central - precariedade no abastecimento de água potável
- Zona Rural, Indústria sucroalcooleira, Agropecuária

Desastres relacionados com risco de Intensa Poluição Provocada por resíduos Líquidos Efluentes de atividades Industriais

- Centro da Cidade, Bairros Periféricos e Comunidades Ribeirinhas
- Rio Paraíba do Sul e Rio Muriaé
- Fonte de captação de água para toda a cidade;
- Prejuízo na atividade de agricultura (irrigação) e pesca;
- Indústrias a montante do Rio Paraíba do Sul e precariedade no Tratamento de resíduos de Indústrias do Estado de Minas Gerais.

Dengue, Coronavírus e outras epidemias

- Todo o Município

Desastres Relacionados com risco de Intensa Poluição Provocada por Resíduos Sólidos da atividade Industrial

- Centro da Cidade, Bairros Periféricos e Comunidades Ribeirinhas
- Rio Paraíba do Sul e Rio Muriaé
- Fonte de captação de água para toda a cidade;
- Prejuízo na atividade de agricultura (irrigação) e pesca;
- Indústrias a montante do Rio Paraíba do Sul e precariedade no Tratamento de resíduos de Indústrias do Estado de Minas Gerais

Desastres Relacionados com menção de Risco de extravasamento de produtos Perigosos

- Centro, Rodovia BR 101 e RJ 158

5. O SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGÊNCIAS

No âmbito da Política de Assistência Social o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências está tipificado como um Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, tendo como uma de suas provisões a possibilidade da oferta de alojamentos provisórios para famílias e indivíduos afetados por contextos de emergência e que se encontrem temporária ou definitivamente **desabrigados** ou **desalojados**.

Como estratégia de resposta a esses eventos, o Serviço visa promover apoio e proteção à população afetada, com a **oferta de acolhimento imediato** em condições dignas e de segurança para repouso, **alimentação e restabelecimento pessoal, assegurando recursos materiais, recursos humanos e o trabalho social essencial ao serviço**.

Apesar da existência de um serviço específico destinado a famílias e indivíduos em contextos de emergência, o fato deste fenômeno envolver o desencadeamento ou agravamento de situações de vulnerabilidade, riscos sociais e outras formas de violação de direitos, faz com que a resposta da Assistência Social repercuta em ações de ambas as proteções (básica e especial) e na totalidade de seus serviços, programas, projetos e benefícios

Conforme preconizam as diretrizes do Serviço, dado o caráter excepcional dos contextos de emergência, o acolhimento emergencial não se constitui em uma oferta permanente. O Acolhimento emergencial em alojamento provisório é previsto por meio da utilização de locais disponíveis na rede: clubes, igrejas, escolas, associações, entre outros. Deve ter espaço com estrutura para acolher pessoas adultas a partir dos 18 anos, ou grupo familiar, com ou sem crianças, respeitando o perfil do usuário, bem como sua orientação sexual. Seu funcionamento é ininterrupto, podendo receber acolhidos 24h.

São diretrizes para a atuação da Assistência Social em contextos de emergência socioassistencial:

- **Primazia da coordenação do poder público-estatal:** é dever do Estado assegurar a efetivação de ações socioassistenciais que visem à garantia dos direitos e o acesso da população afetada a meios de sobrevivência e reorganização da vida.

As organizações da sociedade civil e outras parcerias têm grande importância e responsabilidade neste momento, de forma complementar e sob a coordenação e responsabilidade estatal.

- **Ações coordenadas e fortalecimento das capacidades locais:** todas as ações devem ser definidas considerando as demandas específicas do território afetado e pressupõem integração entre os entes federados, visando fortalecer as capacidades locais e respostas coordenadas às consequências dos contextos de emergência.

- **Garantia dos direitos, prevenção e combate à violência e violação de direitos:** atenção ao fortalecimento de direitos humanos fundamentais, por meio da garantia das seguranças socioassistenciais de sobrevivência (de rendimentos e de autonomia), acolhida e convívio ou vivência familiar, que exprimem a proteção social necessária nas distintas fases da vida, assim como o respeito à diversidade sexual, de gênero e de raça/etnia, prevenindo a recorrência e o agravamento de processos que gerem ou acentuem situações de violência, vulnerabilidades sociais, risco pessoal e social e violação de direitos, em face de contextos de emergência.

- **Fortalecimento da participação e do controle social e respeito à cultura local:** é responsabilidade da Assistência Social reconhecer seus usuários e, neste caso, a população afetada, como ator central na reconstrução da sua história de vida e da comunidade. Portanto, na atuação socioassistencial, deve-se sempre primar pela vocalização e autonomia da população, considerando os saberes locais, a organização comunitária e a participação das famílias nos processos decisórios.

- **Atuação intersetorial:** reconhecimento da importância da atuação em rede, como parte de um sistema integrado de reposta à emergência, envolvendo diversos setores e atores sociais, como, por exemplo, a sociedade civil e aqueles que compõem o Sistema

Nacional de Proteção e Defesa Civil, de forma a resguardar direitos individuais e coletivos, bem como minimizar os danos advindos dos contextos de emergência socioassistencial.

5.1 Administração de Abrigos Temporários

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e Emergências tem como objetivos:

- Assegurar Acolhimento imediato em condições dignas e de segurança;
- Manter alojamentos provisórios, quando necessário;
- Identificar perdas e danos ocorridos e cadastrar a população atingida;
- Articular a rede de políticas públicas e redes sociais de apoio para prover as necessidades detectadas;
- Promover a inserção na rede socioassistencial e o acesso a benefícios eventuais.

Na acolhida as famílias desabrigadas a equipe deve:

1º Momento

- Identificação e avaliação das reais necessidades das famílias afetadas
- De acordo com a necessidade organizar o espaço físico do alojamento provisório de forma a manter os núcleos familiares unidos, respeitando a individualidade dos seus membros e o direito à convivência familiar e comunitária e, sempre que possível, as especificidades das famílias e indivíduos.
- Conceder itens básicos como colchonetes, enxoval de cama e banho e kit higiene. Todo insumo concedido deve ser registrado no cadastro da família.

2º Momento

- Aplicar o Formulário para Registro de Informações através do Instrumento de Famílias e Indivíduos em Situações de Emergência Social e Calamidade Pública no SUAS, a fim de dar continuidade ao acompanhamento das mesmas.

O Trabalho essencial ao serviço é a Proteção social pró-ativa sendo necessário promover:

- Escuta qualificada;
- orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais;
- orientação sociofamiliar;
- referência e contra-referência;
- informação, comunicação e defesa de direitos;
- acesso à documentação pessoal;
- articulação da rede de serviços socioassistenciais;
- articulação com os serviços de políticas públicas setoriais e de defesa de direitos;
- mobilização de família extensa ou ampliada;
- mobilização para o exercício da cidadania;
- atividades de convívio e de organização da vida cotidiana;
- diagnóstico socioeconômico;
- provisão de benefícios eventuais.

Cabe a equipe técnica do Acolhimento Provisório promover a gradativa desmobilização dos alojamentos, na medida em que forem superados os motivos que levaram ao contexto de emergência, desenvolvendo ações como:

- Encaminhamento das famílias e indivíduos para casa de parentes/amigos, por meio da identificação, mobilização e apoio à família extensa e rede de apoio dos desabrigados e desalojados;
- Oferta do retorno ao local (município, região, bairro) de origem e retorno às casas em condições de habitabilidade com segurança, referendado por laudo da Defesa Civil;
- Oferta do Benefício Eventual destinado ao pagamento de aluguel ou outras provisões que sejam necessárias;
- Encaminhamento para serviços de acolhimento para público específicos ofertados pelo SUAS, tais como: serviço de acolhimento para adultos e famílias, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiências e outros;

- Reuniões com os usuários para discussão de propostas, perspectivas de futuro e informação sobre a permanência da proteção e estabelecer com os demais serviços socioassistenciais fluxos de contrarreferência, que garantam a continuidade de acesso às ofertas do SUAS para famílias e indivíduos que foram atendidas nos alojamentos provisórios ou nas demais modalidades de acolhimento emergencial.

O trabalho socioassistencial desenvolvido com as famílias, comunidades e indivíduos ultrapassa a dimensão primeira do atendimento imediato nessas circunstâncias, devendo ir além e focando na garantia das seguranças socioassistenciais, a partir da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios nos territórios. Na Administração de Abrigos Temporários, segundo as Orientações técnicas são previstas algumas etapas fundamentais para a organização e oferta dos serviços às pessoas atingidas por desastres. São Elas:

1ª Etapa: Gestão e gerenciamento do Abrigo Temporário – A gestão dos Abrigos temporários é de competência da Assistência Social através da Proteção Social Especial de Alta Complexidade e a sua instalação deve ser efetivada a partir de um planejamento realizado nas fases anteriores de mitigação e de preparação, prevendo-os no Plano de Contingência.

Esse planejamento prévio permite avaliar com mais tempo as edificações existentes no território e preparar aquelas que melhor se adaptem a essa finalidade. Possibilita, ainda, a escuta e a participação da comunidade nesse processo.

No município de Campos dos Goytacazes, os Abrigos Temporários geralmente são instalados nas Escolas, sendo sempre necessária a articulação e definição dos espaços, discutida com a participação da Secretaria de Educação e Defesa Civil a fim de avaliar previamente as estruturas dos espaços.

2ª Etapa: Organização e gestão das equipes (recursos humanos) – Cada Abrigo Temporário deve contar com:

- Coordenador(a);
- Equipe administrativa;
- Equipe de logística e manutenção;

- Equipe técnica de Assistência Social - com, pelo menos, assistente social e psicólogo(a), podendo agregar outros profissionais do SUAS;
- Equipes/grupos de trabalho organizados por áreas para determinadas funções (ex.: limpeza, alimentação etc.).

A escala dos profissionais que atuarão nos Abrigos Provisórios deverá ser feita pela Gestão da PSE de Alta Complexidade, levando em consideração o perfil para o trabalho a ser realizado na administração do Abrigo.

3ª Etapa: Pontos de apoio – É de suma importância que a Secretaria de Assistência disponha de pontos de apoio para um suporte as equipes que atuam diretamente nos Abrigos Temporários.

4ª Etapa: Acolhimento e recepção nos abrigos temporários - A acolhida nos Abrigos Temporários deve ser realizada de forma empática e respeitosa. Nesse momento, é importante identificar as necessidades imediatas de cada pessoa (frio, fome, troca de roupa, cuidados de saúde, medicamentos, itens de higiene pessoal, dentre outras). A equipe deve fazer o possível para atender prontamente essas demandas, sem que seja necessária a conclusão do cadastramento ou a realização de qualquer outro procedimento. deve-se realizar o cadastramento das pessoas acolhidas. Recomenda-se que, nesse momento, ou posteriormente, seja realizada entrevista com a equipe de Saúde e a de Assistência Social, para conhecimento da realidade da família/pessoa acolhida, suas vulnerabilidades e necessidades, sobretudo, as mais imediatas.

Deve ser realizado o cadastramento de todas as pessoas que serão acolhidas (bebês, crianças, adolescentes, jovens, adultos, pessoas idosas e pessoas com deficiência) e, também, dos(as) trabalhadores(as), voluntários(as) e outras pessoas envolvidas na organização do Abrigo Temporário. Este processo de cadastramento deve ser realizado de forma simples e organizada, utilizando-se instrumento de cadastramento padronizado, disponibilizado pela coordenação do Abrigo (sistema informatizado, formulário, ficha de identificação etc.). As pessoas responsáveis pelo cadastramento devem ser orientadas sobre o caráter sigiloso das informações e dos relatos obtidos nesse momento ou nos demais contatos com as pessoas acolhidas.

É importante organizar o acolhimento de forma setorizada. Assim, a acomodação das pessoas ou grupos familiares deve considerar as especificidades identificadas no momento do cadastramento e direcionar as pessoas para os setores preestabelecidos pela coordenação. Contemplar as especificidades das pessoas acolhidas na organização do Abrigo pode reduzir o nível de estresse e prevenir riscos. Pode, também, favorecer o convívio mais harmônico, a segurança, a privacidade e o bem-estar. Assim, sempre que possível, a alocação das pessoas acolhidas deve buscar.

5ª Etapa: Segurança nos Abrigos – É importante que toda a equipe que atua nos Abrigos tenham sempre que necessário o suporte de Segurança dentro dos Abrigos para tanto recomenda-se que profissionais da área de segurança pública permaneçam 24 horas no Abrigo. Além de zelar pela segurança, eles devem observar eventuais riscos no espaço e propor à coordenação medidas para sua prevenção e redução. Para assegurar a composição desta equipe, recomenda-se que o órgão gestor da Assistência Social estabeleça articulação com a área da Segurança Pública do município ou do Estado. Sob orientação destes profissionais, voluntários poderão apoiar a segurança, como, por exemplo, nos banheiros e em outras situações pertinentes.

6ª Etapa: Animais nos Abrigos – De acordo com as orientação técnicas para o trabalho de Administração de Abrigos Temporários é necessário organizar espaço e cuidados adequados para os animais nos Abrigos. Cabendo a Administração dos Abrigos o seguinte procedimento:

- Controle e registro de entrada e saída de animais domésticos;
- Organização do espaço físico e da acomodação dos animais domésticos;
- Organização dos cuidados aos animais domésticos, com o envolvimento dos tutores (alimentos, água, vacinação etc.);
- Controle de informações sobre entrada, disponibilidade e demanda de suprimentos à Equipe de Logística e Manutenção para cuidados aos animais domésticos (ração, água etc.);
- Articulação com o setor responsável do Centro de Controle de Zoonoses para viabilizar, com apoio de outras políticas, a vacinação, os medicamentos e outras questões relacionadas aos cuidados com os animais domésticos.

7ª Etapa: Informação e Comunicação no Abrigo - É importante que as pessoas acolhidas tenham informações sobre aspectos relacionados ao funcionamento do Abrigo Temporário e a outras questões de interesse comum. A falta de informações “causa desorientação e rumores, podendo aumentar ansiedade e desenvolver condutas inadequadas, favorecendo lideranças negativas e atuações violentas”. Um papel importante da Coordenação do Abrigo é promover a circulação de informações, como, por exem

plo, sobre a rotina de funcionamento e as mudanças, as regras de convivência, as ações que serão realizadas (inclusão no Cadastro Único, emissão de documentos etc.); os canais de denúncia em caso de suspeita de violência (como Conselho Tutelar, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente; Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher etc.); e os serviços locais disponíveis e como acessá-los (Saúde, Assistência Social etc.). Recomenda-se que a equipe técnica de Assistência Social apoie a coordenação do Abrigo na circulação destas informações.

8ª Etapa: Rotina no Abrigo – Compete a equipe dos Abrigos Temporários a organização da rotina interna com os abrigados, mediante assembleias e reunião com pequenos grupos quando for necessário a fim de garantir uma boa conviência, identificação das possíveis lideranças para que possam contribuir na organização e funcionamento da rotina diária do mesmo. Dentre as regras de conviência, deverão ser assegurados os horários de despertar, de refeições e das atividades, bem como os horários de silêncio; a necessidade de privacidade; as atividades recreativas e coletivas; possíveis ações de promoção da saúde; horários de limpeza e higienização do ambiente; rotinas de organização para lavagem de roupas; formas de participação; harmonização; fluxo de pessoas no abrigo com as devidas identificações; espaço que possa garantir assistência religiosa.

9ª Etapa: Alimentação no Abrigo - Uma das principais dificuldades para a instalação de Abrigos Temporários é encontrar edificações com estrutura para armazenar alimentos e preparar refeições. Assim, a depender da estrutura da edificação, pode-se optar pela preparação no espaço do Abrigo, em local externo ou pelo recebimento de refeição prontas.

Ocorre normalmente que o município de Campos dos Goytacazes, geralmente opta pelo recebimento de refeições prontas, sendo necessário dispor de espaços onde se possa: receber e acondicionar adequadamente as refeições até a sua distribuição; fornecer as refeições; e fazer o descarte de resíduos (lixo); além de lavatórios para a higienização das mãos, com água e sabão.

Para uma maior organização e cuidadosa distribuição desses alimentos, o Abrigo deve se estruturar de forma a garantir espaço adequando a essa distribuição e armazenamento quando necessário, bem como espaço específicos para o momento da alimentação (refeitório) não sendo utilizados espaços comuns com material de higiene e limpeza, bem como com espaços utilizados para dormitório dos abrigados.

10ª Etapa: Medidas de Saúde – Mediante articulação da Assistência Social e Da Saúde todas as ações relacionadas às ofertas dos Serviços de saúde. A seguir, serão elencadas algumas ações importantes da política de Saúde para a atenção às pessoas acolhidas nos Abrigos Temporários. Todavia, essa definição deve ser realizada em âmbito local, considerando as orientações das autoridades de Saúde do município, do Estado, do DF e da União. Assim, em cada localidade, o órgão gestor da Assistência Social e da Saúde deverão acordar como será a assistência à saúde das pessoas acolhidas.

Recomenda-se que cada Abrigo conte com suporte de equipe da Saúde, que pode ficar no local ou atuar de forma volante. Além disso, as pessoas acolhidas devem ser vinculadas e encaminhadas, conforme demandas, aos equipamentos públicos de Saúde que estejam em funcionamento no território.

11ª Etapa: Gestão das doações – Todos os itens de uso pessoal provenientes de doações, devem passar por um processo de triagem: Roupas e calçados em bom estado de conservação devem ser separados, de modo a facilitar a distribuição. Podem ser criadas seções de roupas e calçados femininos masculinos e infantis, com separação por tamanho e tipo (calças, shorts, saias, vestidos, blusas, casacos, dentre outros).

É importante separar itens que não estejam em condições de uso imediato e definir sua destinação. No caso de itens de higiene pessoal é importante verificar as condições da embalagem e a data de validade. Os itens com embalagem danificada,

ou que apresentem sinais de uso, podem representar risco à saúde das pessoas acolhidas e devem ser descartados, assim como aqueles com prazo de validade vencido. Roupas de cama, cobertores, toalhas de banho e colchões também devem passar pelo processo de triagem para verificação das condições de uso imediato. A depender da necessidade, é importante dar tratamento adequado a itens sujos ou danificados para que possam ser reaproveitados. Após o processo de triagem, os itens aptos para o uso devem ser organizados para distribuição. Ainda que o Abrigo receba um grande volume de doações, a Equipe de Logística deve observar se as quantidades e a variedade são suficientes para atender as necessidades das pessoas acolhidas. A coordenação deve ser comunicada sobre os itens faltantes, para que providências sejam tomadas, visando à reposição. Deve-se adotar o mesmo procedimento para os itens em excesso, de modo a possibilitar o envio para outros Abrigos ou locais com demanda.

12ª Etapa: Gestão do Voluntariado – Entendemos ser de grande importância a participação de pessoas que possam agregar ao trabalho realizados nas diversas situação de desastres e calamidades e para tanto o trabalho dos Abrigos no SUAS, prevê a possibilidade de atuarmos com equipes de voluntários. Porém é necessário que haja algumas recomendações importantes:

Todos os voluntários devem fazer o cadastramento e serem inseridos numa listagem com a devida identificação, que deve ser atualizada de forma sistemática.

- Deve ser observada a disponibilidade e a experiência na hora de organizar equipes/grupos de trabalho.
- Os(as) voluntários(as) deverão manter contato direto com o(a) coordenação do Abrigo, pessoa de referência da equipe/grupo em que estiverem atuando, conhecer suas tarefas e responsabilidades e, sempre que necessário, contar com orientações ou até mesmo treinamento para o desempenho de seu papel.
- Os(as) voluntários(as) devem ser informados(as) sobre a organização da escala de atividades (dias, horários, duração etc.).

Para o trabalho junto a crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e pessoa idosas que dependam de cuidados, recomendam-se cuidados adicionais, como verificação de experiência prévia e acompanhamento da atuação.

Recomenda-se que os(as) voluntários(as) sejam treinados(as), com o apoio de atores especializados, sobre: prevenção de abuso e exploração sexual e outras formas de violência, e medidas a serem adotadas quando essas situações forem identificadas; SUAS e serviços locais; respeito à diversidade e outros temas essenciais para garantir sua preparação para apoiar a proteção, a segurança e o bem-estar das pessoas acolhidas.

A composição de voluntários(as) nas fases que antecedem a resposta à emergência favorece a seleção, o treinamento e a preparação adequada destes(as) para atuar nos Abrigos, quando necessário.

13ª Etapa: Atenção Psicossocial – Compete a equipe que realiza os atendimentos e acompanhamentos as famílias e indivíduos nos Abrigos Temporários, a articulação junto aos serviços de saúde e principalmente a saúde mental, a fim de dar o suporte necessários com ações que visem a redução de conflitos e tensões; suporte para pessoas com TEA e outras neuroatipias; identificação sinais de risco de autoagressão ou violência; primeiros socorros em saúde mental; atividades e de saúde mental; encaminhamento de atendimento psicológico emergencial; suporte em situações de luto; perda de moradia e separação familiar; sempre respeitando os limites éticos.

5.2 Trabalho Social nos Abrigos Temporários

O Trabalho Social com Territórios, Famílias e Indivíduos (TSF) desempenha um papel crucial no suporte às pessoas e famílias afetadas por situações de emergência e no restabelecimento de condições de vida mais protegidas. Deve ser orientado pela garantia das Seguranças Socioassistenciais.

Segurança de sobrevivência ou de rendimento e autonomia: acesso a benefícios e programas de transferência de renda e auxílios (Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família e outros); atenção às necessidades básicas das pessoas acolhidas; escuta, participação social e respeito à autonomia no contexto dos Abrigos Temporários, com engajamento das pessoas acolhidas na dinâmica de funcionamento e na tomada de decisão.

Segurança de convívio (familiar e comunitário): manutenção dos membros da família juntos e apoio à reunificação familiar; suporte para processos de luto; preservação de vínculos comunitários preexistentes, incluindo as relações de vizinhança; apoio à construção de rede de relações comunitárias e de apoio mútuo no Abrigo; promoção da convivência pacífica e adoção de medidas para a prevenção de situações de violência e outras violações de direitos no contexto do Abrigo; suporte para a retomada da rotina de vida familiar e comunitária.

Segurança de acolhida: proteção em situações de desastre e emergência, nas quais seja necessário prover acolhimento em Abrigos Temporários, com funcionamento 24 horas. Atenção às necessidades básicas de proteção e subsistência, Primeiros Cuidados Psicológicos e apoio psicossocial para o enfrentamento da situação adversa, com articulação intersetorial.

Em contextos de desastre e emergência, o TSF abrange, dentre outras possibilidades:

- acolhida inicial às famílias e aos indivíduos;
- coordenação dos procedimentos para cadastramento e registros de entrada, saída e desligamento, em parceria com a coordenação do Abrigo Temporário;
- informações claras e objetivas para os usuários sobre questões diversas, incluindo, programas e serviços que possam acessar e dinâmica de funcionamento do Abrigo;
- orientações e apoio para a inclusão no Cadastro Único e para o acesso a benefícios, documentação e direitos;
- apoio psicossocial e Primeiros Cuidados Psicológicos, incluindo, entre outras intervenções, escuta e acompanhamento das famílias (entrevistas, atendimento individual ou em grupos); articulação intersetorial, orientações e encaminhamentos à rede socioassistencial e de outras políticas públicas; suportes práticos para a localização de familiares desaparecidos, para a reunificação familiar, para a emissão de segunda via de documentos e outras demandas; e encaminhamento para atendimento especializado na Saúde Mental, quando necessário;

- promoção da participação das pessoas acolhidas na rotina e na tomada de decisão no Abrigo;
- construção e socialização das regras de convivência do Abrigo, de forma participativa, envolvendo as pessoas acolhidas;
- estruturação de rotina de atividades coletivas e de convivência, adequadas aos interesses, ao ciclo de vida e às outras especificidades das pessoas acolhidas, visando à participação, à expressão, à redução do estresse, ao bem-estar e ao apoio mútuo;
- suporte ao desligamento.
- Os profissionais de nível superior, com seu conhecimento técnico e compromisso ético-político, podem oferecer importantes contribuições, incluindo orientações à população sobre seus direitos; mediação do acesso a serviços e benefícios; Primeiros Cuidados Psicológicos; apoio à reunificação familiar, tendo em vista que os membros da família podem ter se separado no momento do resgate; e gestão dos abrigos, entre outras atividades.
- No desenvolvimento das atividades, é importante que a equipe técnica de Assistência Social assegure a escuta das pessoas acolhidas, a articulação intersetorial e a organização de registros que são importantes para a atenção durante o acolhimento e na fase posterior, inclusive para a continuidade do acompanhamento pela rede local existente.

5.3 Papel da Vigilância Socioassistencial dos SUAS nos Abrigos Temporários

A Vigilância Socioassistencial constitui função da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme disposto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e regulamentada pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS – 2012), sendo responsável pela produção, sistematização, análise e disseminação de informações socioterritoriais que subsidiam o planejamento, a organização, o monitoramento e a avaliação das ofertas socioassistenciais. Em situações de emergência e calamidade pública, essa atribuição assume caráter estratégico, considerando a necessidade de identificar riscos e vulnerabilidades, dimensionar demandas emergenciais, acompanhar o perfil da população atingida e subsidiar a

organização das respostas protetivas, incluindo o acolhimento provisório e a provisão de benefícios socioassistenciais, em consonância com as orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

No âmbito da Administração de Abrigos Temporários – 2026/2027, a Vigilância Socioassistencial é responsável pela estruturação dos procedimentos de registro, monitoramento e consolidação das informações relativas às famílias atendidas, com vistas ao suporte técnico à gestão dos abrigos e ao acompanhamento contínuo das demandas. Nesse contexto, foi elaborado instrumento digital de registro dos atendimentos, construído mediante escuta técnica dos profissionais da Assistência Social e da Defesa Civil, considerando a experiência acumulada em atendimentos anteriores e as normativas e orientações do MDS, com a finalidade de padronizar a coleta de dados e assegurar uniformidade, rastreabilidade e confiabilidade às informações produzidas pelas equipes.

O instrumento foi desenvolvido em plataforma de software livre, compatível com tablets, celulares e computadores, com funcionamento online e offline, possibilitando o registro das informações mesmo em locais com instabilidade ou ausência de conexão com a internet, condição recorrente em cenários emergenciais. A utilização da ferramenta contribui para a organização do fluxo de trabalho, redução de retrabalho, qualificação do armazenamento dos registros e maior agilidade no atendimento às famílias e indivíduos acolhidos.

O registro das informações contempla identificação do núcleo familiar, caracterização socioeconômica, especificidades do atendimento, concessão de benefícios eventuais, nos termos da Lei Municipal nº 9.109, de 18 de novembro de 2021, encaminhamentos realizados, assinaturas de usuários e profissionais e demais evidências necessárias à formalização do atendimento. Esses registros constituem base informacional para o acompanhamento das provisões ofertadas, controle de cobertura, transparência das concessões e organização do histórico de atendimentos.

Os dados consolidados são tratados e analisados pela Vigilância Socioassistencial, possibilitando a produção de indicadores, painéis de monitoramento, relatórios gerenciais e diagnósticos situacionais que apoiam a gestão municipal na definição de prioridades, no dimensionamento da capacidade dos abrigos, na estimativa de insumos, benefícios e recursos humanos, na identificação

de territórios mais impactados e no acompanhamento da evolução das demandas ao longo do período emergencial. Esse conjunto de informações subsidia o planejamento das ações, a alocação de recursos, a articulação intersetorial e a avaliação dos resultados alcançados, contribuindo para maior efetividade, transparência e qualificação das respostas socioassistenciais prestadas à população.

6. ESTÁGIOS DE ATUAÇÃO DO SUAS

Compete a equipe dos Abrigos Temporários a organização da rotina interna com os abrigados, mediante assembleias e reunião com pequenos grupos quando for necessário a fim de garantir uma boa convivência, identificação das possíveis lideranças para que possam contribuir na organização e funcionamento da rotina diária do mesmo. Dentre as regras de convivência, deverão ser assegurados os horários de despertar, de refeições e das atividades, bem como os horários de silêncio; a necessidade de privacidade; as atividades recreativas e coletivas; possíveis ações de promoção da saúde; horários de limpeza e higienização do ambiente; rotinas de organização para lavagem de roupas; formas de participação; harmonização; fluxo de pessoas no abrigo com as devidas identificações; espaço que possa garantir assistência religiosa

Tabela 2. Trabalho Social com as Famílias na pré-emergência, na emergência e no pós-emergência

ETAPA	DESCRIÇÃO	PROVIDÊNCIA
PRÉ-EMERGÊNCIA	Preparação	Preparação de fluxos de trabalho para serem executados durante a emergência.
	Mapeamento de áreas de risco	Articulação com a Defesa Civil para mapear as áreas de risco no município.
	Mapeamento de famílias em áreas de risco	Mapeamento realizado pelas equipes dos CRAS, por área de risco, das famílias que possam ensejar emergência socioassistencial. Fazer diagnóstico dos grupos a serem priorizados nos contextos de emergência, observando locais com crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

	Identificar equipamentos públicos e privados, que apresentem estrutura para atender às necessidades de acolhimento emergencial à famílias e indivíduos desabrigados ou desalojados	Contato com a Secretaria Municipal de Educação para identificar unidades escolares que poderão ser utilizadas como abrigo. Com atenção a acessibilidade.
	Selecionar e capacitar os profissionais responsáveis pelo serviço	Capacitar as equipes dos equipamentos (Proteção Social Básica e Especial) para Situação de emergência, principalmente na utilização de ferramenta da tecnologia para
	Manter cadastro atualizado de profissionais	Possuir cadastro atualizado com identificação de profissionais de referência na gestão que atuarão em possíveis contextos de emergência na organização e oferta dos acolhimentos emergenciais.
	Planejar os insumos necessários a operacionalização do serviço, considerando informações de anos anteriores	Água potável, Alimentação (6 refeições diárias nos acolhimentos), leite e fórmula para bebês, Kit de higiene pessoal, kit de limpeza coletivo; fralda, colchonete, cobertor, lençol, travesseiro, fronha, toalha.
	Solicitar o apoio dos demais entes na operacionalização do serviço	Após fazer o levantamento da necessidade de insumos e recursos estabelecer articulação com o Estado e a União para solicitar o apoio na provisão destes.
EMERGÊNCIA	Ativar canal de comunicação	Ativar um canal de comunicação entre os técnicos que realizam o levantamento de informações e o gabinete de gestão de crise, repassando a cada 12 horas a atualização de afetados e logradouros atingidos .
	Intensificação do Trabalho Social com as famílias	Equipe nas localidades afetadas composta por 4 técnicos orientando as famílias junto com a Defesa Civil, concedendo benefícios eventuais, preenchendo o Formulário Nacional de Emergências e realizando o encaminhamento para a casa de familiares ou para o acolhimento provisório.
EMERGÊNCIA	Trabalho em rede com a Defesa Civil	Equipe composta por 2 técnicos no acolhimento responsável pela triagem dos casos e pelo recebimento de chamados da Defesa Civil, realizando visitas as moradias das famílias que demandam acolhimento com posterior identificação de perfil.
	Preparação de acolhimentos provisórios	Serão necessárias 3 equipes para organização de rodízio nas unidades de acolhimento, composta por 3 técnicos de nível superior, 02 de nível médio, responsáveis pela acolhida e execução do trabalho essencial ao serviço nas unidades de acolhimento. Além de Auxiliar de Serviços Gerais,

EMERGÊNCIA		Porteiro/Vigia e Guarda Municipal e um coordenador para o acolhimento provisório.
	Assegurar acolhimento provisório às famílias e indivíduos que se encontrem desabrigados ou desalojados de forma imediata	Organizar o espaço físico do alojamento provisório de forma a manter os núcleos familiares unidos, respeitando a individualidade dos seus membros e o direito à convivência familiar e comunitária e, sempre que possível, as especificidades das famílias e indivíduos.
	Realizar a acolhida	No momento da acolhida é necessária a aplicação do Formulário Nacional para Registro de Informações de Famílias e Indivíduos em Situações de Emergência Social e Calamidade Pública no SUAS e a concessão de itens básicos como: colchonetes, enxoval de cama e banho e kit higiene.
	Monitorar diariamente o quantitativo de famílias e pessoas presentes no acolhimento	Realizar a chamada diária das famílias e pessoas acolhidas, conferir os Formulários preenchidos e manter atualizadas as seguintes listagens: total de pessoas acolhidas, organizada por ordem alfabética pela referência familiar em seguida dos membros da família abaixo listados, listagem atualizada das famílias por número de sala e número de membros e listagem atualizada dos desligamentos.
	Controlar os insumos fornecidos e as refeições	Todo insumo concedido deverá ser registrado no cadastro da família com a devida assinatura e de preferência também em uma planilha geral diária com o nome da referência familiar. Na organização das refeições deve haver uma listagem diária organizada com o nome da referência familiar e do número de membros e uma coluna para cada refeição. O responsável pela distribuição deverá dar baixa nas famílias que tiveram as refeições recebidas.
	Estabelecer regras de convívio e de planejamento das ações desenvolvidas	Construir de forma coletiva, por meio da mobilização das pessoas acolhidas em assembléia ou outro formato, regras de organização do serviço, contendo regras claras de convivência em comunidade e de mediação de conflitos, que devem estar afixadas em local visível a todos e em linguagem acessível (exemplo: em caso de migrantes e refugiados no idioma da nacionalidade) e devem ser reavaliadas frequentemente possibilitando ajustes necessários.
	Planejar atividades esportivas, culturais e lúdicas para crianças e adolescentes	Estabelecer parcerias com outros órgãos públicos, oscs e serviços para o desenvolvimento de atividades esportivas, culturais e lúdicas para crianças e adolescentes.

	Organizar o espaço segundo as demandas	- Garantir, sempre que possível, espaço para guarda de animais de estimação (cachorros, gatos, pássaros, cavalos etc.), Preferencialmente fora dos espaços coletivos de repouso das famílias, em especial, nos casos em que estes animais dão suporte emocional às famílias e indivíduos. - Disponibilizar espaço para atendimento individual/familiar/grupo pela equipe técnica, cujos horários de atendimento sejam divulgados e compatíveis com a disponibilidade das pessoas acolhidas. - Disponibilizar, sempre que possível, espaço administrativo para armazenar os cadastros das famílias e indivíduos e os materiais pedagógicos para as atividades socioeducativas, reuniões da equipe técnica, entre outros. - Providenciar, em local seguro e sob a responsabilidade da coordenação do serviço de acolhimento emergencial, a guarda dos bens que as pessoas acolhidas levam para o espaço do alojamento provisório e que não foram possíveis acomodar. Registrar todos os bens em formulário apropriado, com o nome dos proprietários e descrição detalhada dos bens, que deverá ser assinado pelo proprietário e pelo responsável pela guarda do item. - Organizar o espaço respeitando diferenças geracionais e de gênero (homens adultos desacompanhados separados de mulheres, crianças\adolescentes e famílias), de modo a prevenir possíveis violações de direitos.
	Construir o Plano de Atendimento de cada família	Garantir atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em acolhimento, definindo com a rede socioassistencial local os fluxos de referência e contrarreferência para acesso aos demais serviços, programas, benefícios e projetos que forem necessários. Para tanto as equipes precisam conversar entre si, realizando juntas o planejamento das ações e a inclusão nos diferentes serviços socioassistenciais de acordo com as necessidades apresentadas e a vontade das pessoas atendidas.
	Organizar o recebimento e distribuição de doações comunitárias e de entidades público privadas	Organizar locais para receber, armazenar e distribuir as doações. Identificar quais as demandas emergenciais e organizar campanhas.
	Emitir relatório	Emitir relatório para defesa civil dentro do prazo estipulado.
PÓS-EMERGÊNCIA	Desmobilizar o acolhimento	Elaborar o planejamento das ações de desmobilização, prevenindo a brusca interrupção do serviço evitando danos e maiores prejuízos as famílias e indivíduos afetados e a sobrecarga das equipes de referência.

Atendimento equipamentos	nos	Restabelecimento das atividades rotineiras dos equipamentos com apoio a indivíduos e famílias no retorno de suas rotinas diárias e na construção de novos projetos de vida.
--------------------------	-----	---

7. DADOS DO ÚLTIMO DESASTRE NATURAL NO MUNICÍPIO

O município de Campos dos Goytacazes possui histórico de alagamentos por chuvas intensas ou por transbordamento dos rios Ururá e Paraíba do Sul, possuindo relatos de grandes ocorrências desde 1966.

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências tem como público alvo famílias e indivíduos,

- Atingidos por situações de emergência e calamidade pública (incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outras) que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais, e se encontram temporária ou definitivamente desabrigados;
- removidos de áreas consideradas de risco, por prevenção ou determinação do Poder Judiciário. (BRASIL, 2009, p. 43).

Nesse sentido, entre Dezembro/2022 e Janeiro/2024, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS), por meio de suas equipes, realizou atendimentos diante dos fenômenos que ocorreram no município de Campos dos Goytacazes, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 3. Localidades atendidas pelo Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, Dez./2022-2025.

DEZEMBRO/2022

DATAS DO ATENDIMENTOS	LOCALIDADES	TERRITÓRIOS	FENÔMENOS
-----------------------	-------------	-------------	-----------

PLANO DE AÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS – 2026/2027

1	01/12/2022 08/12/2022	Serrinha	Ururaí	Chuvas intensas
2	02/12/2022 08/12/2022	Guriri	Ururaí	Chuvas intensas
3	05/12/2022 07/12/2022 08/12/2022 27/12/2022	Conceição do Imbé	Ururaí	Chuvas intensas
4	07/12/2022	Ururaí	Ururaí	Chuvas intensas
5	08/12/2022	Pernambuca	Ururaí	Chuvas intensas
6	27/12/2022	Lagoa de Cima	Ururaí	Chuvas intensas
7	20/12/2022	Ponta Grossa	Goitacazes	Chuvas intensas
8	20/12/2022	Vila Manhães	Penha	Chuvas intensas
9	20/12/2022	Custodópolis	Custodópolis	Chuvas intensas
10	20/12/2022 21/12/2022	Santa Rosa	Custodópolis	Chuvas intensas
11	23/12/2022	Jockey	Jockey	Chuvas intensas
12	23/12/2022	Novo Jockey	Jockey	Chuvas intensas
13	20/12/2022 21/12/2022	Sapo 1	CODIN	Chuvas intensas
14	21/12/2022	Baleeira	Esplanada	Chuvas intensas
15	24/12/2022	Parque São Caetano	Esplanada	Chuvas intensas

2023

	DATAS DO ATENDIMENTOS	LOCALIDADES	TERRITÓRIOS	FENÔMENOS
1	03/01/2023	Nova Campos	Custodópolis	Chuvas intensas
2	03/01/2023	Santa Rosa	Custodópolis	Chuvas intensas
3	04/01/2023 30/01/2023	Baleeira	Esplanada	Chuvas intensas
4	07/01/2023	Santo Eduardo	Morro do Coco	Chuvas intensas
5	09/01/2023 12/01/2023 27/01/2023	Coroa	Esplanada	Chuvas intensas Cheia do Rio Paraíba do Sul
6	09/01/2023 25/01/2023	Nova Canaã	Travessão	Chuvas intensas
7	12/01/2023 30/01/2023	Ilha do Cunha	Esplanada	Chuvas intensas Cheia do Rio Paraíba do Sul
8	12/01/2023	Pecuária	Esplanada	Chuvas intensas

PLANO DE AÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS – 2026/2027

				Cheia do Rio Paraíba do Sul
9	13/01/2023	Vila Nova	Morro do Coco	Chuvas intensas
10	25/01/2023	Alvorada	Jardim Carioca	Chuvas intensas
11	25/01/2023	Fundão	Parque Guarus	Chuvas intensas
12	25/01/2023	Parque São José	Parque Guarus	Chuvas intensas
13	25/01/2023	Ponta Grossa	Goitacazes	Chuvas intensas
14	25/01/2023 27/01/2023 30/01/2023 01/02/2023	Parque Lebrete	Parque Guarus	Chuvas intensas
15	26/01/2023	Serrinha	Ururaí	Chuvas intensas
16	27/01/2023	Parque Caju	Esplanada	Chuvas intensas Cheia do Rio Paraíba do Sul
17	27/01/2023	Parque Presidente Vargas	Jardim Carioca	Chuvas intensas
18	27/01/2023	Vila Menezes	Penha	Chuvas intensas
19	27/01/2023	Penha	Penha	Chuvas intensas
20	30/01/2023	Parque Leopoldina	Esplanada	Chuvas intensas
21	30/01/2023	Jardim Carioca	Jardim Carioca	Chuvas intensas
22	17/04/2023	Santa Helena	Parque Guarus	Casas atingidas por incêndio
23	27/12/2023	Conselheiro Josino	Morro do Coco	Ventos fortes
24	27/12/2023	Ribeiro do Amaro	Travessão	Ventos fortes
25	28/12/2023	Morro do Coco	Morro do Coco	Ventos fortes
26	28/12/2023	Vila Nova	Morro do Coco	Ventos fortes
2024				
	DATAS DO ATENDIMENTOS	LOCALIDADES	TERRITÓRIOS	FENÔMENOS
1	10/01/2024	Jardim Carioca	Jardim Carioca	Ventos fortes Chuvas intensas
2	10/01/2024	Madureira	Jardim Carioca	Ventos fortes Chuvas intensas
3	10/01/2024	Penha	Penha	Ventos fortes Chuvas intensas
4	11/01/2024	Lapa	Matadouro	Ventos fortes Chuvas intensas

PLANO DE AÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS – 2026/2027

5	26/01/2024 30/01/2024	Mocotó do Imbé	Ururaí	Ventos fortes Chuvas intensas
6	29/01/2024	Pq. São Caetano	Esplanada	Ventos fortes Chuvas intensas
7	26/03/2024	Campo Novo	Jockey	Chuvas intensas
8	26/03/2024	CODIN	CODIN	Chuvas intensas
9	30/03/2024	Conceição do Imbé	Ururaí	Chuvas intensas
10	23/03/2024 27/03/2024	Conselheiro Josino	Morro do Coco	Chuvas intensas
11	24/03/2024 26/03/2024	Farol	Goitacazes	Chuvas intensas
12	24/03/2024 25/03/2024	Giro Faisca	Travessão	Chuvas intensas
13	25/03/2024	Guandu	Travessão	Chuvas intensas
14	25/03/2024 28/03/2024 30/03/2024	Lagoa de Cima	Ururaí	Chuvas intensas
15	25/03/2024	Lebret	Parque Guarus	Chuvas intensas
16	23/03/2024	Morangaba	Esplanada	Chuvas intensas
17	08/03/2024 23/03 a 03/04/2024	Santo Eduardo	Morro do Coco	Chuvas intensas
18	24/03/2024 26/03/2024	Morro do Coco	Morro do Coco	Chuvas intensas
19	30/03/2024	Muzanza	Ururaí	Chuvas intensas
20	24/03/2024 25/03/2024 26/03/2024 27/03/2024	Novo Jockey	Jockey	Chuvas intensas
21	23/03/2024 25/03/2024	Penha	Jockey	Chuvas intensas
22	24/03/2024	Ponta Grossa	Goitacazes	Chuvas intensas
23	23/03/2024 26/12/2024 27/12/2024	Rio Preto	Esplanada	Chuvas intensas
24	24/03/2024 25/03/2024	Santa Maria	Morro do Coco	Chuvas intensas
25	24/03/2024 25/03/2024	Santa Rosa	Custodópolis	Chuvas intensas
26	25/03/2024 26/03/2024	Saturnino Braga	Goitacazes	Chuvas intensas
27	24/03/2024	Terminal Pesqueiro	Goitacazes	Chuvas intensas
28	26/03/2024	Tocos	Goitacazes	Chuvas intensas

PLANO DE AÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS – 2026/2027

	27/03/2024			
29	24/03/2024	Travessão	Travessão	Chuvas intensas
30	26/03/2024	Três Vendas	Parque Guarus	Chuvas intensas
31	27/03/2024 28/03/2024	Ururaí	Ururaí	Chuvas intensas
32	24/03/2024	Vila dos Pescadores	Goitacazes	Chuvas intensas
33	25/03/2024 26/03/2024 27/03/2024	Vila Manhães	Penha	Chuvas intensas
34	25/03/2024 26/03/2024 27/03/2024	Vila Menezes	Penha	Chuvas intensas
35	23/03/2024	Vila Nova	Morro do Coco	Chuvas intensas
36	30/12/2024	Caxeta	Ururaí	Chuvas intensas
37	30/12/2024	Serrinha	Ururaí	Chuvas intensas

2025

	DATAS DO ATENDIMENTOS	LOCALIDADES	TERRITÓRIOS	FENÔMENOS
1	03/01/2025 16/01/2025 17/01/2025	Conceição do Imbé	Ururaí	Chuvas intensas
2	07/01/2025	Balança Rangel	Travessão	Chuvas intensas
3	10/01/2025	Caju	Esplanada	Chuvas intensas
4	10/01/2025	Caxeta	Ururaí	Chuvas intensas
5	16/01/2025	Cajueiro	Ururaí	Chuvas intensas
6	09/01/2025 10/01/2025	CODIN	CODIN	Chuvas intensas
7	16/01/2025 17/01/2025 21/01/2025	Lagoa de Cima	Ururaí	Chuvas intensas
8	03/01/2025 09/01/2025 10/01/2025 17/01/2025	Serrinha	Ururaí	Chuvas intensas
9	09/01/2025	Travessão	Travessão	Chuvas intensas
10	02/01/2025	Ururaí	Ururaí	Chuvas intensas

06/01/2025

Fonte: Vigilância Socioassistencial. Instrumento de registro de atendimentos do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, 2022-2025.

Ao realizar os atendimentos, as equipes da SMDHS realizam a classificação das famílias/indivíduos nas categorias elencadas a seguir, de acordo com a situação que a mesma se encontra.

- Atingidas: famílias/pessoas que foram afetadas pelos alagamentos, mas que permaneceram em suas residências;
- Desalojadas: famílias/pessoas que foram afetadas pelos alagamentos, necessitaram sair de suas residências e foram para casas de parentes/amigos.
- Isoladas: famílias/pessoas que residem em localidades em que os acessos às suas residências ficaram restritos devido às águas das chuvas.

Conforme indicado pela Lei Municipal n. 9.109/2021, que regulamenta a concessão de benefícios eventuais no município de Campos dos Goytacazes, indica que “a oferta de benefício eventual na situação de calamidade pública se destina a atender situações específicas de famílias e indivíduos afetados, com o agravamento da situação de vulnerabilidade, em decorrência da calamidade pública”. Sendo assim, apresentam-se nas tabelas a seguir os montantes de benefícios eventuais e outros itens ofertados às famílias/indivíduos atendidos pelo Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências no espaço temporal em voga.

8. PLANEJAMENTO DOS INSUMOS E RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS

8.1 Recursos Humanos

Tabela 4. Equipe de Referência nos locais de risco e desastres

RH	QUANTIDADE		CARGA HORÁRIA
	DIA	NOITE	
Técnico de nível superior	4	4	12h por 36h
Motoristas	2	2	12h por 36h

Fonte: elaboração da equipe técnica responsável pelo Plano de Ação de Administração de Abrigo Temporários (2026/2027), 2026.

Tabela 5. Equipe de Referência de triagem

RH	QUANTIDADE		CARGA HORÁRIA
	DIA	NOITE	
Técnico de nível superior	2	2	12h por 36h
Motoristas	2	2	12h por 36h

Fonte: elaboração da equipe técnica responsável pelo Plano de Ação de Administração de Abrigo Temporários (2026/2027), 2026.

Tabela 6. Equipe de Referência - Acolhimento Provisório

RH	QUANTIDADE		CARGA HORÁRIA
	DIA	NOITE	
Coordenador	1		40h
Técnico de nível superior	3	3	12h por 36h
Nível médio	3	3	12h por 36h
Auxiliar de Serviços Gerais	1		12h por 36h
Porteiro/vigia	1	1	12h por 36h

Fonte: elaboração da equipe técnica responsável pelo Plano de Ação de Administração de Abrigo Temporários (2026/2027), 2026.

8.2 Previsão de Recursos Materiais - Geral

Tabela 7. Relação de insumos necessários

ITEM	QUANTIDADE
Bebedouro com água potável	01 por unidade
Água Potável	1 por pessoa acolhida/ desalojada ou atingida
Alimentação	6 por dia
Leite e fórmula	1 por criança acolhida
Colchonetes	1 por pessoa acolhida/ desalojada ou atingida
Cobertores	1 por pessoa acolhida/ desalojada ou atingida
Lençol	1 por pessoa acolhida
Travesseiro	1 por pessoa acolhida
Fronha	1 por pessoa acolhida
Toalha	1 por pessoa acolhida
Kit higiene (papel higiênico, pasta de dente, escova de dente, sabonete, absorvente, desodorante)	1 Kit por pessoa acolhida
Kit limpeza (vassoura, rodo, pano de chão, saco de lixo, esponja, água sanitária, desinfetante)	1 por família acolhida/atingida

Fonte: elaboração da equipe técnica responsável pelo Plano de Ação de Administração de Abrigo Temporários (2026/2027), 2026.

9. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Diretrizes para a atuação da política de assistência social em contextos de emergência socioassistencial**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno: trabalho social com territórios, famílias e indivíduos**. Brasília, DF: MDS, [s.d.].

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Emergências no Sistema Único de Assistência Social – SUAS: o que fazer?** Brasília, DF: MDS, [s.d.].

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Emergências em assistência social: gestão e funcionamento dos abrigos temporários no SUAS**. Brasília, DF: MDS, [s.d.].

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Emergências em assistência social: vigilância socioassistencial**. Brasília, DF: MDS, [s.d.].

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Emergências em assistência social: gestão legal, administrativa, do trabalho e orçamentária**. Brasília, DF: MDS, [s.d.].

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 2, de 6 de dezembro de 2012**. Brasília, DF: Governo Federal, 2012.

BRASIL. **Protocolo nacional conjunto para proteção integral a crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situações de riscos e desastres**. Brasília, DF: Governo Federal, 2013.

CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ). Secretaria Municipal de Defesa Civil. **Plano municipal de contingência para respostas aos desastres ocasionados pelas chuvas intensas (2026–2027)**. Campos dos Goytacazes, RJ: Defesa Civil Municipal, 2026.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Brasília, DF: CNAS, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Portal institucional**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SOARES, Eugênio. **Vivendo em tempos de tirania: a vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, tão perto do Rio de Janeiro, tão longe do Espírito Santo (1808–1832)**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

SOFFIATI, Arthur. **Boletim petróleo, royalties e região: Campos dos Goytacazes/RJ**. Ano XVI, n. 63, maio–ago. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED). **Atlas brasileiro de desastres naturais: 1991 a 2012 – volume Rio de Janeiro**. 2. ed. rev. ampl. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2013.

ANEXOS

ANEXO I

GRAC - GRUPO DE APOIO DE AÇÕES COORDENADAS
PLANO DE CHAMADA GERAL – PRIMEIRAS PESSOAS QUE SERÃO
CONTATADAS PELA DEFESA CIVIL EM CASO DE PREVISÃO DE SITUAÇÃO
DE EMERGÊNCIA

DEPARTAMENTO	NOME	TELEFONE
Secretário de Assistência Social e Cidadania	Rodrigo Nogueira Carvalho	(22) 99869-7645
RESPONSÁVEL PELO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS		
Diretora da Proteção Social Básica	Paloma Campos Cruz	(22) 99964-1879
Gerente Geral dos CRAS	Verônica de Oliveira Rocha	(22) 99998-6498
RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DOS ABRIGOS PROVISÓRIOS		
Diretora da Proteção Social Especial	Shana Ribeiro Caixão	(22) 99752-7728
Gerente da Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Joana	(22) 99701-6940
Gerente da Proteção Social Especial de Média Complexidade	Vanessa	(22) 99811-3791
EQUIPE DE APOIO		
Diretora de Gestão do SUAS	Renata Amaral	(22) 99996-9623
Gerente da Vigilância Socioassistencial	Mericelly Bastos Vilela	(22) 99924-0367
Técnica Responsável dos Benefícios Eventuais	Maria de Fátima Caldas Ribeiro	(22) 99940-1621
EQUIPE DE APOIO		
Diretora de Transferência de Renda	Kamilla Barreto	(22) 99974-8726
Gerente de Transferência de Renda	Marcélia Cardoso Alves	(22) 99986-5560
EQUIPE DE APOIO		
Diretor de Zeladoria, Patrimônio, Transporte e Almocharifado	Thiago Guzzo	(22) 99834-0773

ANEXO II - MODELO DE RELATÓRIO PARA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

LOGOTIPO E CABEÇALHO

Ofício SMSS N.º XX /20XX

Ao Sr. XXXXXXXXX

Secretário Municipal de Defesa Civil

Senhor Secretário,

Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Defesa Civil, encaminho o relatório preliminar de pessoas afetadas, danos e prejuízos do (no) evento de chuvas intensas ocorridas em município entre os dias xx à xx de xxxxxxxx de 20xx.

Até o momento foram mobilizados ... funcionários desta secretaria para trabalhos diversos de resposta.

RELAÇÃO DE VALORES GASTOS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
DESCRIÇÃO	VALOR JÁ EMPREGADO
...l de gasolina Combustível para ... viaturas	
Alimentação para assistentes sociais	
TOTAL	

Esta Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, ofereceu abrigos temporários à xxx **DESABRIGADOS.**

Informamos abaixo a relação de abrigos acionados, seus respectivos atendimentos.

ABRIGO	DATA E HORA DA ABERTURA	DATA E HORA DO FECHAMENTO	N ° DESABRIGADOS
--------	-------------------------	---------------------------	------------------

Escola 1	XX/XX/XXXX – ÀS XXH	XX/XX/XXXX – ÀS XXH	XX
Escola 2			
Escola 3			
Escola 4			
TOTAL DE DESABRIGADOS			

Registramos o número estimado de xxxxxx pessoas **DESALOJADAS** nos diversos logradouros abaixo listados, que buscaram abrigo na casa de parentes ou de amigos.

OUTROS AFETADOS, cerca de xxxxx, sofreram diretamente os efeitos adversos do desastre e embora lhes tenham sido ofertadas a opção de serem acolhidos em abrigos públicos, optaram em permanecer em suas residências. Informo ainda que em as pessoas dentro dos logradouros abaixo listados, sofreram a perda de eletrodomésticos, mobiliário, utensílios domésticos e danos na pintura e reboco de suas residências, bem como acúmulo de sujeira em suas residências.

BAIRRO, DISTRITO, LOCALIDADE	LOGRADOURO	EXTENSÃO AFETADA (nº das casas)

*** O logradouro não possui sequencia de numeração bem definida e/ou não possui número oficial necessitando verificação “IN LOCO” para validação da informação.**

**** Não há registro oficial de nomes dos logradouros nesta localidade, necessitando de verificação “IN LOCO” para validação da informação.**

Foi registrado ... (xx) óbito pelo pressuposto de afogamento, o indivíduo foi levado pela força das águas e posteriormente teve o corpo resgatado já sem vida pelo CBMERJ e encaminhado ao IML da Cidade.

Outrossim informo que tivemos danos e prejuízos nos estabelecimentos sob tutela desta secretaria municipal, abaixo listados:

RELAÇÃO DE PREJUÍZOS (limpeza, manutenção e perda de materiais/insumos)			
Nome da unidade de serviço	logradouro	descrição do prejuízo	valor estimado do prejuízo
Total estimado			

RELAÇÃO DE DANOS (Obras destruídas ou avariadas)			
Nome da unidade de serviço	logradouro	descrição do prejuízo	valor estimado do prejuízo

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Anexar um conjunto similar ao quadro acima para cada Dano ou Prejuízo

Foto do dano do imóvel	Foto do dano da viatura
Descrição do dano do imóvel	Descrição do dano da viatura

Anexar um conjunto similar ao quadro acima para cada Dano ou Prejuízo

XXXXXXXXXX, XX DE XXXXXXXX DE XXXX

SECRETÁRIO

ASSINATURA E CARIMBO (não pode ser assinatura digital)

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de ____ .

Rodrigo Carvalho

Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania

Aline Maria C. S. Giovannini

Subsecretária de Gestão do SUAS